

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ: POTÊNCIA EMERGENTE OU REGIME EM CRISE?

Paulo G. Fagundes Visentini*

Com a colaboração de **Isadora Silveira**

As eleições presidenciais de 2009 marcaram fortemente a política iraniana, enquanto a posição internacional do país evidencia um crescente impasse. As massivas manifestações de rua em Teerã, promovidas pelos apoiadores do candidato reformista Hossein Mousavi e reprimidas pelo regime, contestando a vitória eleitoral que propiciou ao candidato oficial Mahmoud Ahmadinejad um segundo mandato, causaram certa surpresa. Isto porque a República Islâmica do Irã, implantada há exatas três décadas é, geralmente, vista como um regime quase monolítico. Mas, afinal, o que está ocorrendo nesse país, mais conhecido através de um discurso caricatural do que por sua complexa realidade¹? Quem, realmente, o governa, qual o perfil da sua sociedade e economia e o que existe por detrás do discurso nacionalista e anti-Occidental?

Fatores de longo prazo

Essa potência petrolífera de 72 milhões de habitantes teve uma história tumultuada no século XX e nos últimos cinquenta anos esteve, de certa forma, na contra-mão da evolução internacional. Quando o Terceiro Mundo era republicano, democratizante e anti-imperialista, o Xá Reza Pahlevi era ardoroso defensor de uma monarquia autoritária e repressiva pró-norte-americana. Alienado em seus delírios de grandeza, ele conseguiu a antipatia de quase todos os setores sociais, sentado sobre um vulcão que explodiu em fevereiro de 1979.

A guerra iniciada por Saddam Hussein em 1980, apesar dos danos causados, permitiu não apenas a sobrevivência da Revolução, como abriu o caminho para que os liberais, os velhos nacionalistas modernizadores e, finalmente, a esquerda socialista e comunista fossem esmagados em 1981 pelos islâmicos liderados por Khomeini num banho de sangue. Ainda que a Constituição de 1979 (ainda vigente) tenha instituído um regime híbrido (uma democracia eleitoral, com voto feminino, tutelada por um regime teocrático com poder de veto), a guerra contra o Iraque permitiu certa unidade em torno do líder histórico.

Em 1988, um Khomeini que sentia a morte se aproximar, aceitou a proposta de paz e preparou a sucessão de forma a conservar sua visão política. O regime executou milhares de prisioneiros políticos, com a finalidade de comprometer coletivamente o grupo dirigente e de impedir qualquer aliança entre os “populistas” islâmicos com os grupos deslocados do poder.

* Professor Titular de Relações Internacionais e Bolsista de Iniciação Científica do NERINT/UFRGS.

¹ Ver o excelente livro de Ervand Abrahamian, *A History of Modern Iran* (Cambridge University Press, 2008).

Mais ainda, a inédita condenação de Salman Rushdie representou uma forma de evitar qualquer negociação com o Ocidente. Meses depois, em 1989, ele faleceu. O Aiatolá Ali Khamenei assumiu o seu lugar e o conservador Rafsanjani foi eleito presidente, exercendo dois mandatos (1989-1997).

Era, apesar das aparências, o Termidor² da Revolução. Apesar do Estado continuar sendo a base da economia, foi introduzida a liberalização econômica, com atração de capital estrangeiro e expatriado, na busca de algo semelhante ao modelo chinês. Afinal, o próprio Khomeini dissera que a propriedade e a empresa privada eram instituições sagradas. Mas permaneciam certas políticas sociais e a reforma agrária e educacional, que pela primeira vez modernizaram o campo. Algo inovador foi a substituição da política pró-natalidade por um rigoroso controle demográfico que fez a taxa de crescimento populacional cair de 3,2% para 1,2%. Mas a paz e uma população essencialmente jovem contribuíram para aprofundar as contradições da sociedade iraniana.

Essas contradições pegaram os dirigentes religiosos de surpresa, quando um candidato reformista pouco conhecido, Khatami, venceu as eleições presidenciais de 1997 com os votos especialmente dos jovens e das mulheres, governando por dois mandatos. A população desejava respostas para a corrupção, o desemprego crescente e o isolamento internacional. As negociações com o governo Clinton geraram esperanças, mas o início do segundo mandato coincidiu com a ascensão de Bush, que incluiu o país no “Eixo do Mal” e colocou suas tropas no Afeganistão e Iraque, além de aliar-se a todos os demais vizinhos do Irã.

A ascensão de Ahmadinejad

A reação nacionalista era de se esperar, bem como a aproximação com a China e a Rússia. Mais ainda, o Irã também passou a sofrer das contradições típicas de qualquer sistema eleitoral, com as divisões dos reformadores, alianças de conveniência e surgimento de novos atores. Em 2005 foi eleito Mahmoud Ahmadinejad, um professor universitário de vida frugal, prometendo a defesa dos princípios fundadores da Revolução, o combate aos grupos de interesse que se apoiam na cúpula religiosa, a corrupção, a defesa dos pobres contra os novos ricos e as “mil famílias capitalistas remanescentes”, mas principalmente, transformar o Irã numa potência respeitada internacionalmente.

Os programas sociais, o projeto nuclear e suas bravatas diplomáticas permitiram-lhe um apoio popular amplo, que foi respaldado pela elite religiosa, que se encontra em processo de desgaste. Afinal, dois terços da população tem menos de 30 anos, sendo, portanto, pós-revolucionária e pós-guerra. A inflação, a urbanização e o desemprego são elevados, apesar do país ser moderno e estar numa faixa de renda e IDH médios. O início do governo Obama criou expectativas de um novo diálogo com os EUA, o que foi reforçado pela necessidade de um entendimento no tocante à retirada do Iraque e à necessidade de vencer os talibãs que emergem no Afeganistão e no Paquistão.

Todavia, nas eleições de 2009 o campo reformista, novamente, se dividiu, e a cúpula islâmica resolveu apoiar esse político atípico. Hossein Mousavi não era um “liberal”, pois foi um dos executores dos massacres de 1981, que eliminou os liberais, o nacionalistas laicos e a esquerda (por isso não foi nome de consenso entre os reformadores). A massiva participação,

² Alusão ao período da Revolução Francesa em que o ímpeto revolucionário se esgota e dá lugar a uma nova institucionalidade.

inclusive do voto rural, surpreendeu, bem como a reação dos vencidos. De qualquer maneira, o que ficou evidente foi, pela primeira vez desde a consolidação do regime, a emergência de uma oposição forte e aberta.

A situação atual indica que Ahmadinejad terá espaço para formular algum projeto alternativo, entre uma classe média liberal e uma cúpula islâmica presa à contradição de manter o regime teocrático e lidar com uma elite econômica em busca de espaço e uma base pobre que deseja ver materializadas as promessas sociais da Revolução. Não há mais, a médio prazo, como manter todas essas forças sociais sob controle do regime. Tudo dependerá da política que o nebuloso presidente vier a adotar e da situação internacional, na qual chama atenção a diferença de enfoque dos EUA e da União Européia.

A capacidade de controle do regime e a oposição

Muitos analistas consideram que houve poucas mudanças nas esferas política e econômica iranianas, apesar de isso ter sido prometido nas eleições presidenciais de 2005, quando Ahmadinejad foi eleito pela primeira vez. O candidato adotado pelo campo conservador e antigo prefeito de Teerã teve êxito na sucessão do reformista Khatami porque a base pobre do país, frustrada com as promessas não cumpridas deste último, foi às urnas mais preocupada em assegurar a segurança econômica que a reforma política. Ademais, uma grande parcela de liberais e reformistas boicotou as eleições ou votou em Ahmadinejad em sinal de protesto. Enquanto os candidatos reformistas ainda enfatizavam a importância da reforma e da abertura política, deixando necessidades básicas como emprego e condições de vida da população de fora, Ahmadinejad prometia justiça econômica e combate à corrupção.

A conjuntura internacional contribuiu para produzir um consenso em relação a várias questões entre os grupos ideológicos opostos no Irã. As ambições hegemônicas dos EUA no Oriente Médio, materializadas em intervenções militares nos vizinhos Afeganistão e Iraque, uniram esses segmentos em torno de um sentimento nacionalista comum. Da mesma forma, o direito soberano de se empreender o programa nuclear era bem visto pela maioria, tanto conservadora, quanto reformista. A administração de Ahmadinejad tem apresentado uma postura mais dura para barganhar tanto com a oposição quanto com a comunidade internacional, em comparação com o governo de Khatami. O não-cumprimento das promessas de distribuição de renda em larga escala e de fim da corrupção – principalmente para a base destituída que o elegeu – propiciou uma certa perda de apoio popular ao presidente. Além disso, o seu primeiro mandato inteiro e o início do seu segundo têm sido marcados pela manutenção do *status quo* político-econômico da elite e pela pouca capacidade em formular políticas econômicas de maior impacto. Elas permitiriam uma melhora na situação econômica do país (que teve enfraquecido o ambiente favorável a investimentos estrangeiros legado por Khatami).

Na verdade, o gabinete do presidente encontra-se quase inteiramente voltado às questões de política externa e à política doméstica iraniana, devido aos desafios mais urgentes surgidos nesses dois campos. Além disso, o presidente parece confiar demais no fato de o país ser um produtor e exportador de petróleo para o reerguimento econômico nacional. Ainda assim, a política externa se revela, em muitas ocasiões, mal gerenciada, pois Teerã tem protagonizado episódios de extremo desgaste diplomático devido a declarações desnecessárias e gratuitas, em geral feitas pelo próprio Ahmadinejad, como as acerca do Holocausto e do

Sionismo. Por razões como essa, o presidente é acusado por reformistas e membros do clero de pôr a ideologia à frente do interesse nacional.

O país é palco freqüentes manifestações da classe média, de estudantes e até de setores de trabalhadores que se opõem ao governo, as quais são duramente reprimidas. A preocupação com a segurança e o temor da eclosão de uma “Revolução Colorida” (*Regime Change*) apoiada pelo Ocidente, são evidenciadas pelo aumento da importância política e da porcentagem do orçamento nacional destinada ao Corpo da Guarda da Revolução Islâmica (IRGC). Esse último, juntamente com a Basij, foi responsável pela repressão aos movimentos de oposição ao governo Ahmadinejad durante as últimas eleições presidenciais. O Corpo da Guarda Revolucionária integra as Força Armadas, somado às forças comuns. Sua criação se deu logo após a revolução para defender o sistema islâmico nacional e ele se tornou uma proeminente força militar, política e econômica no Irã, com fortes vínculos com o líder supremo, aiatolá Khamenei, tendo sido o presidente Ahmadinejad um de seus ex-membros.

Calcula-se que a força conte com cerca de cem mil tropas ativas. Ela possui suas próprias tropas terrestres, marinhas e aéreas, além de controlar as armas estratégicas do Irã. A guarda também tem uma influência importante junto a instituições civis e, possivelmente, exerce o controle sobre alguns setores da economia iraniana por meio de uma série de instituições subsidiárias. Ademais, ela controla a Força de Resistência Basij, uma milícia voluntária islâmica com cerca de 90 mil integrantes e capacidade adicional de mobilizar quase um milhão de pessoas. A Basij é, frequentemente, incumbida de reprimir protestos e manifestações contrárias ao governo e possui núcleos em todas as cidades do país.

Percebe-se um aumento da oposição ao governo e da crítica à intransigência em relação às resoluções da ONU e à atuação da AIEA por segmentos compostos por reformistas, organizações estudantis, acadêmicos, ativistas políticos e até algumas lideranças religiosas, temendo o aumento das sanções econômicas. O presidente encontra-se, assim, afastado de vários políticos e importantes membros do clero – incluindo o próprio Khamenei - assim como em relação a parte da sociedade iraniana. A situação econômica do país contribui para um relativo declínio da popularidade de Ahmadinejad.

A situação econômica e as alianças externas

A economia iraniana é pouco diversificada e profundamente dependente das receitas provenientes do petróleo e gás. Além disso, o Estado gasta muito, anualmente, em subsídios voltados para diversos setores da economia, pois as exportações de produtos não relacionados ao petróleo são fracas. Segundo o Jane's Report, a falta de capacidade de refino de petróleo, aliada à utilização em larga escala de seus subprodutos (o consumo de petróleo tem crescido cerca de 11% ao ano), tornam possível a previsão de um cenário no qual, por volta de 2015, se a atual tendência se mantiver, o Irã pode vir a se tornar um importador líquido de gasolina. Em junho de 2007, o governo já teve de racionar o consumo de gasolina.

Em janeiro de 2010, foi inaugurado um gasoduto ligando o Irã ao Turcomenistão - rico em gás natural. O gasoduto deve mais do que dobrar o comércio de gás entre os dois países. Em dezembro de 2009, o Turcomenistão e a China inauguraram um gasoduto que liga os países, para suprir a China com o gás do Turcomenistão. Pode-se notar uma aproximação do Turcomenistão da China e do Irã e uma diminuição do controle da Rússia sobre os recursos da região.

No campo econômico, o que se observa,

atualmente, no Irã é a continuação da reforma econômica baseada em privatizações, iniciada na década de 1990 pelo presidente Khatami. Em junho de 2008, Teerã anunciou que passaria a permitir que investidores estrangeiros comprassem empresas estatais iranianas, seguindo o seu programa de liberalização econômica de longo alcance e atendendo à necessidade premente de atrair investimentos externos.

Segundo Chossudovsky, essa aceleração do programa de privatizações iraniano empreendida pela IPO (Organização Iraniana de Privatização), paradoxalmente, não satisfaz os interesses econômicos e estratégicos estadunidenses, pois ela favorece países como a China, a Rússia, alguns países europeus e o Japão, os quais mantêm relações de comércio e investimento de longa data com o Irã. Sendo assim, para os EUA é interessante pregar e implantar um regime de sanções econômicas para paralisar os fluxos de capital para o Irã. O regime de sanções econômicas proposto por meio do projeto de lei H. CON 362, apresentado em maio de 2008 à *US House of Representatives* (Câmara dos Deputados) pretende isolar o Irã e evitar que bens iranianos acabem nas mãos de outras potências econômicas, que não os EUA.

A questão nuclear e o nacionalismo

O Irã se mantém firme em relação a um maior controle do seu programa nuclear pela agência de energia atômica da ONU, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e pelas potências Ocidentais, lideradas pelos EUA. O prazo dado pelas grandes potências ao Irã - que expirou no final de 2009 - para a aceitação da proposta da AIEA, a qual determinava que o urânio pouco enriquecido iraniano fosse enviado para a Rússia e para a França e recebido de volta na forma de combustível de reator (em quantidades inferiores às necessárias para o desenvolvimento de armamentos nucleares) foi ignorada, suscitando novas ameaças de sanções. O Irã apresentou então uma contraproposta e deu um “ultimato” de um mês, contando a partir de janeiro de 2010, ao Ocidente para que o combustível seja comprado ou trocado de maneira gradual e, se isso não for possível, o Irã se empenhará ainda mais em um plano de produção de combustível.

O presidente Ahmadinejad, em declarações em janeiro de 2010, afirmou que o país não suspenderá e, ainda, expandirá seu programa nuclear apesar das sanções da ONU. O Irã segue sustentando que o enriquecimento de urânio no país tem fins pacíficos, mas os EUA e os países da UE temem que isso não se revele verdade. China e Rússia se mostram incomodadas com a postura do Irã. Três rodadas de sanções da ONU foram realizadas desde 2006 em razão da não proliferação. Enquanto a resolução 1737 do Conselho de Segurança da ONU de 2006 impôs sanções ao Irã, barrando toda e qualquer assistência externa ao seu programa nuclear, as resoluções 1747 em 2007 e 1803 em 2008 estenderam sanções a entidades econômicas e congelaram a cooperação financeira internacional com o país.

Tais sanções, além de, segundo o Jane's Report, um anteprojeto de lei aprovado pelo Congresso dos EUA em junho de 2007, que previa medidas punitivas a empresas internacionais de petróleo e gás, não se restringindo àquelas baseadas em território estadunidense, que negociassem com o Irã, afugentaram investimentos externos – principalmente de empresas transnacionais ocidentais. Ainda segundo o Jane's Report, o governo norte-americano tem pressionado, desde 2006, bancos internacionais como Credit Suisse, UBS, ABN Amro, Deutsche Bank, Commerz Bank e Dresdner Bank a limitar suas operações no Irã. Apesar de o Banco Nacional do Irã declarar que as perdas podem ser

compensadas pela atuação de instituições financeiras russas e chinesas no país, a ausência de bancos ocidentais é sentida e influi muito negativamente na balança comercial iraniana.

Os relatórios do FMI de 2007 e 2008 indicaram que as sanções ao Irã têm prejudicado consideravelmente a sua economia, chamando atenção para o aumento do risco e inibição de investimentos estrangeiros no país devido ao ambiente de instabilidade e incerteza política, para a dificuldade da promoção de um crescimento que propicie a absorção da enorme mão-de-obra jovem no mercado de trabalho, a redução das taxas inflacionárias em 2007 e para a recapitalização de três bancos nacionais que se fez necessária em 2008.

Um diplomata russo declarou, em dezembro de 2009, após Teerã ter declarado que iria expandir a atividade nuclear, que a Rússia poderia passar a fazer coro a qualquer consenso sobre mais sanções contra o Irã. Esse pronunciamento iraniano veio em retaliação à votação e aprovação da proposta da AIEA, que foi aprovada com o apoio atípico tanto da China, quanto da Rússia. Como resposta, em fevereiro de 2010, o Irã anunciou um programa de enriquecimento de urânio à 20% de pureza (para uma bomba atômica é necessário mais de 90% de pureza), além de manter a demonstração de novos mísseis aperfeiçoados, destacando a capacidade de dissuasão militar do país.

Perspectivas

Apesar da emergência de uma oposição articulada, é pouco provável que ela consiga desestabilizar o governo e o regime. A progressiva fragmentação do cenário político iraniano confere certa margem de autonomia ao presidente Ahmadinejad. No plano externo, a maior oposição provém de Israel e de alguns países europeus, pois a administração Obama busca um diálogo, para desbloquear a situação do Oriente Médio e resolver os impasses militares no Iraque e no Afeganistão, para os quais o apoio iraniano é fundamental. O problema é que Obama tem um controle ainda limitado sobre seu próprio governo, particularmente sobre o Pentágono. A Rússia, a China e a Índia (e inclusive o Brasil), por sua vez, tendem a ser aliadas do Irã, devido ao petróleo/gás e à posição geopolítica do país. Por fim, controlar o ciclo nuclear é condição indispensável para qualquer nação manter uma posição internacional de destaque no século XXI, e o histórico e popular nacionalismo iraniano está vinculado à questão. Além disso, o Irã necessita diversificar sua matriz energética, para ampliar a vida útil de suas reservas de petróleo e gás, e a energia nuclear é, como no caso de todo país com recursos para tanto, uma das melhores opções. E o presidente Ahmadinejad sabe disto.

